

**FÁBIO TOUZDJIANN**

**PLANEJAMENTO E MILAGRE ECONÔMICO  
A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1964-1979**

**Monografia apresentada ao Curso de Ciências  
Econômicas do Setor de Ciências Sociais  
Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador :**

**Profº. Othon Juruá Rolim de Souza Reis**

**CURITIBA  
2005**

## TERMO DE APROVAÇÃO

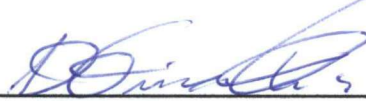
FÁBIO TOUZDJIANN


### PLANEJAMENTO E MILAGRE ECONÔMICO A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1964-1979

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção da graduação do Curso de Ciências Econômicas do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos professores:

Orientador:

  
\_\_\_\_\_  
Prof.º Othon Juruá Rolim de Souza Reis  
Departamento de Economia, UFPR

  
\_\_\_\_\_  
Prof.º Luiz Xiscatti  
Departamento de Economia, UFPR

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Patrícia R. de Oliveira  
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 17 de Novembro de 2005

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	x
RESUMO.....	xi
1. INTRODUÇÃO.....	01
2. PLANEJAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO DE 1964-1974....	03
2.1. PLANEJAMENTO NO ESTADO CAPITALISTA.....	03
2.2. PLANEJAMENTO NO REGIME MILITAR.....	05
2.2.1. PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO.....	06
2.2.2. PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO.....	10
2.2.3. I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO.....	15
3. O MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO – (1968-1973).....	18
4. A CRISE DO PETRÓLEO E O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – (II PND).....	31
5. CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO PIB E VARIAÇÃO DA INFLAÇÃO.....	19
TABELA 2 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL – 1967-1973 – US\$ MILHÕES.....	24
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRUTA E DAS RESERVAS INTERNACIONAIS DE 1967- 1973 – US\$ BILHÕES.....	26
TABELA 4 – EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES,1973-1975 – US\$ MILHÕES...32	
TABELA 5 – BALANÇA DE PAGAMENTOS, 1973-1975 – US\$ MILHÕES.....	33

## RESUMO

Este trabalho é um estudo do planejamento econômico brasileiro no regime militar iniciado em 1964, passando pelo chamado “milagre econômico” que ocorreu no período de 1968-1973 onde o Brasil apresentou altas taxas de crescimento com baixa inflação, finalizando com o estudo do pós – “milagre”, ou seja, o período de 1974-1979 onde o país passou por grandes dificuldades pelos efeitos da crise do petróleo e da recessão mundial, de maneira que o planejamento novamente foi utilizado para atenuar os problemas econômicos. O objetivo do trabalho é identificar os ganhos e perdas para a economia brasileira com o uso do planejamento, buscando apresentar os resultados obtidos com relação à estabilidade econômica, taxas de crescimento, as exportações, a industrialização, o processo de substituição de importações, balança comercial, dívida externa, investimento estrangeiro, estratégia de desenvolvimento e da captação de recursos externos etc.

Palavras-chave: Planejamento; “Milagre Econômico”; Crise do Petróleo.

## INTRODUÇÃO

No século XX, o planejamento como instrumento de política econômica deixa de ser exclusividade das economias socialistas e passa a ser empregado também nas economias capitalistas, pois fica evidente que o simples jogo das forças de mercado, com pouca intervenção do Estado, não era capaz de levar aos resultados almejados pela sociedade.

No dia 31 de março de 1964, o presidente João Goulart é deposto por um golpe militar iniciando uma seqüência de governos militares que duraria 21 anos marcando para sempre a história do Brasil.

Os governos militares adotaram o planejamento de maneira sistemática, sendo que todos formularam diretrizes e objetivos orientados na mesma direção, ou seja, alcançar o crescimento do PIB e do emprego, alcançar o equilíbrio do balanço de pagamentos e dos preços e melhorar a distribuição de renda.

O estudo abrange o período de 1964-1979 onde, na primeira parte apresenta-se uma análise do planejamento no Estado capitalista e no Brasil os planos econômicos de Castelo Branco a Médici. Na segunda parte apresenta-se o chamado “milagre econômico”, período de altas taxas de crescimento e baixa inflação. A terceira parte aborda os efeitos da crise do petróleo na economia brasileira e o *II Plano Nacional de Desenvolvimento* como uma tentativa de manter os resultados impressionantes do “milagre econômico”.

Esta monografia tem por objetivo mostrar que o planejamento brasileiro em um primeiro momento de 1964-1967 buscou a reorganização e recuperação econômica do Estado fixando objetivos com relação à inflação, o desenvolvimento econômico, para as desigualdades econômicas setoriais e regionais e para o equilíbrio do balanço de pagamentos. Em um segundo momento de 1968-1973 o planejamento teve metas ambiciosas para o país colocando a inflação em um segundo plano e elegendo o crescimento acelerado como condição principal para o desenvolvimento econômico e social, como também, foi inaugurado o modelo de desenvolvimento voltado para fora e se fez uso da captação de poupança externa para complementar a poupança interna insuficiente para o nível de

investimentos pretendidos. Em um terceiro momento de 1974-1979 o planejamento pretendeu atenuar os efeitos da crise do petróleo e da recessão mundial e ampliar a capacidade de produção na indústria de bens de capital.

## 2. PLANEJAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO DE 1964-1974

### 2.1. Planejamento no Estado Capitalista

O planejamento como instrumento de política econômica é relativamente recente, sendo adotado primeiramente pela União Soviética em 1929, no seu primeiro plano quinquenal. Foi o único país a usar o planejamento de maneira sistemática antes da 2ª guerra. É na década de vinte que surge como discussão à possibilidade teórica do uso do planejamento pelo Estado.

A idéia de planejamento, nos países capitalistas, aparece da grande necessidade de atingir certos objetivos econômicos e sociais. Fica evidente que o simples jogo das forças de mercado, com pouca intervenção do Estado, não era capaz de levar aos resultados almejados pela sociedade. Desta maneira, a instabilidade do sistema econômico, com crises cíclicas na atividade e desemprego periódico em nível elevado, o novo enfoque no desenvolvimento econômico e luta contra miséria, e direcionamento das economias para a guerra, produziram os modelos racionais de política econômica, que levariam ao domínio das forças econômicas em direção a alocação ótima dos recursos. Apareceram novos instrumentos de análise econômica, como modelos econométricos e a técnica de matriz de *input-output*, que buscavam prever e atuar sobre a realidade. A teoria do *laissez-faire* e o automatismo de mercado ficaram desacreditados, não fazendo mais parte nas decisões econômicas. (LAFER, 1973, pp. 09-12).

O planejamento em um país capitalista poderá ser realizado em diversos níveis de elaboração, parte ou a totalidade da economia podem ser abrangidas.

O planejamento global pretende oferecer uma ampla visão do desenvolvimento da economia, colocando metas a serem cumpridas e buscando assegurar a consistência entre oferta e demanda de bens em todos os setores. Quando se faz num país, não busca oferecer um diagnóstico das condições econômicas gerais, normalmente se dá como um programa de investimentos públicos que não é somente uma previsão orçamentária. O programa poderá ser direcionado para alguns setores estratégicos da economia, caso se verifique um

desequilíbrio entre oferta e demanda. É o caso de investimentos em infraestrutura, como transportes, energia, educação, saúde, cujo crescimento pode ser planejado mesmo quando os objetivos mais gerais de crescimento de renda, emprego, ainda não estão fixados.

Com a técnica do planejamento pretende-se obter o equilíbrio entre os níveis de produção e a demanda de bens, dada a oferta de fatores de produção de maneira que se cumpram certas metas básicas. São elas: conseguir determinadas taxas de crescimento do produto nacional bruto e do nível de emprego, sustentar o saldo do balanço de pagamentos e o aumento dos preços, dentro de limites fixados e alterar a distribuição de renda. Em certos casos não são compatíveis entre si. Algumas vezes, por exemplo, uma alta taxa de crescimento do produto só será viável com déficit no balanço de pagamentos ou com pequeno crescimento do emprego. O planejamento deve: (a) dar coerência aos objetivos; (b) prever o crescimento da demanda caso esses objetivos sejam atingidos; (c) assegurar o crescimento da produção em níveis compatíveis com a demanda, usando os recursos disponíveis com a máxima eficiência; (d) assegurar o crescimento da oferta de fatores de produção. (LAFER, 1973, pp. 16-17).

Obter determinada taxa de crescimento da renda *per capita* deverá ser a primeira meta do plano. Já o aumento da oferta de bens dependerá: (a) do nível de investimentos; (b) da tecnologia empregada, ou seja, da função de produção estimada para a economia como um todo. (LAFER, 1973, pp. 16-17).

A dificuldade é o de escolher entre um crescimento equilibrado ou desequilibrado, de fazer com que o crescimento da oferta apresente a mesma estrutura que a demanda ou obedeça a critérios de investimentos mais complexos, ficando a responsabilidade do comércio exterior o equilíbrio entre demanda e oferta.

O planejamento pretende levar ao caminho mais racional do desenvolvimento, dadas às características da economia. Mas é necessário saber se o governo detém instrumentos suficientes para alocar os recursos de acordo com a orientação do plano. Depende também de elaboração de modelos mais complexos, a possibilidade de melhor atingir os objetivos das diversas políticas.

De maneira, que cada política deva resolver os problemas de curto-prazo, mas possibilite alcançar simultaneamente os objetivos de longo-prazo. Portanto, de grande importância é que os instrumentos de intervenção do Estado existam, e o sucesso do plano, mesmo ao nível teórico, depende da habilidade do governo em combiná-los. (LAFER, 1973, pp. 19-22).

## 2.2. Planejamento no Regime Militar

A política econômica do governo brasileiro, após 1930, sempre esteve entre duas tendências principais. A primeira, que pode ser denominada *estratégia de desenvolvimento nacionalista*, predominou nos anos 1930-45, 1951-54 e 1961-64. Possuía, como pressuposto implícito, o projeto de um *capitalismo nacional*, como a única possibilidade para o desenvolvimento econômico e social. A crescente nacionalização dos centros de decisão sobre assuntos econômicos era uma das implicações do projeto, como também, o pressuposto para os países da América Latina e da África, de uma possível hegemonia brasileira em suas relações. A segunda, chamada de *estratégia de desenvolvimento associado* predominou entre 1946-50, 1955-60 e após 1964, tinha como única possibilidade para o desenvolvimento econômico e social, o projeto de *capitalismo associado*. As implicações desse projeto eram o reconhecimento das conveniências e exigências da interdependência dos países capitalistas, sob a liderança dos Estados Unidos. (IANNI, 1991, pp. 307-308).

Foram adotadas diretrizes econômicas do mesmo gênero nos governos militares de 1964-1985. Os objetivos da política econômica desses governos também foram orientados na mesma direção. O poder público acabou interferindo praticamente em todos os setores do sistema econômico nacional entre 1964-70.

Na análise do autor, nos 21 anos do governo militar, entre seus objetivos e realizações se destacam os seguintes:

Reduzir a taxa de inflação; incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar o sistema tributário e fiscal; estimular, sob controle governamental, o mercado de capitais; criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; conter os níveis salariais em todos os setores da produção; estimular a modernização das estruturas urbanas; executar o plano habitacional; criar a indústria petroquímica; estabelecer novos objetivos e criar novos meios na política de ocupação e dinamização da economia da Amazônia; ampliar os limites do “mar territorial”; defender e estimular a indústria do café solúvel; formular uma política brasileira de energia nuclear; modernizar as estruturas universitárias; retomar os estudos sobre a reforma agrária; propor o plano de “integração nacional”; etc. (IANNI, 1991, pp. 229-230).

### 2.2.1. Programa de Ação Econômica do Governo – (PAEG)

O ano de 1964 ficou marcado na história pela deposição de João Goulart por um golpe militar que, levou o marechal Castelo Branco à Presidência da República. O novo governo apresentou em novembro, um programa de política econômica de curto-prazo, o *Programa de Ação Econômica do Governo* - (PAEG). O Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, recém-criado, composto por Roberto Campos no Planejamento e Otávio Bulhões na Fazenda, foram os responsáveis pela elaboração.

O PAEG listava entre os seus objetivos:

1. Acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962-1963.
2. Conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 1966.
3. Atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida da população.
4. Assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho.

5. Corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade para importar. (ROSSETTI, 1987, p. 220).

Seriam utilizados os seguintes instrumentos de ação:

'Política Financeira, compreendendo: (i) política de redução do déficit de caixa governamental, de modo que aliviasse progressivamente a pressão inflacionária dele resultante e que fortalecesse a capacidade de poupança nacional através do disciplinamento do consumo e das transferências do setor público e na melhoria da composição da despesa; (ii) política tributária, destinada a fortalecer arrecadação e a combater a inflação, corrigindo as distorções de incidência, estimulando a poupança, melhorando a orientação dos investimentos privados e atenuando as desigualdades econômicas regionais e setoriais; (iii) política monetária condizente com os objetivos de progressiva estabilização dos preços, evitando, todavia, a retração do nível de atividade produtiva e a redução da capacidade de poupança das empresas; (iv) política bancária, destinada a fortalecer o nosso sistema creditício, ajustando-o às necessidades de combate à inflação e de estímulo ao desenvolvimento; (v) política de investimentos públicos, orientada de modo que fortalecesse a infraestrutura econômica e social do país, que criasse as economias externas necessárias ao desenvolvimento da inversões privadas e que atenuasse desequilíbrios regionais e setoriais.

Política econômica internacional, compreendendo: (i) política cambial e de comércio exterior, visando à diversificação das fontes de suprimento e ao incentivo das exportações, a fim de facilitar a absorção dos focos setoriais de capacidade ociosa e de estimular o desenvolvimento econômico, com relativo equilíbrio de pagamentos a mais longo prazo; (ii) política de consolidação da dívida externa de restauração do crédito do país no exterior, de modo que aliviasse pressões de curto prazo sobre o balanço de pagamentos; (iii) política de estímulos ao ingresso de capitais estrangeiros e de ativa cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com outros governos e, em particular, com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso, de modo que acelerasse a taxa de desenvolvimento econômico.

Política de produtividade social, compreendendo, notadamente: (i) política salarial que assegurasse a participação dos trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento econômico, mas que permitisse a sincronização do combate à inflação, do lado da procura e dos custos, e que protegesse a capacidade de poupança do país.' E ainda política agrária, política habitacional e política educacional. (MPCE<sup>1</sup>, apud RESENDE, 1990, pp. 214-215)

---

<sup>1</sup> Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (MPCE), 1964, pp. 15-16.

Grandes esforços foram feitos para a estabilização da economia, redução das despesas do governo em vários setores e, com a melhoria do mecanismo de arrecadação tributária houve um aumento de 25% nas receitas do governo em 1965. O crédito ficou muito restrito, de maneira que no final da década de sessenta era inferior a do seu início. Apenas o setor rural esteve em melhor situação, enquanto que o comércio, a indústria e o crédito pessoal sofreram as conseqüências dessa política. Houve redução no poder de compra dos trabalhadores com a política salarial, já que, os salários e ordenados ficaram vinculados ao aumento de produtividade e dos preços. (BAER, 1988, p. 191).

Um grande número de leis e decretos foi introduzido pelo regime militar após 1964. Os objetivos eram eliminar as distorções herdadas do passado e estimular a atividade econômica. Foram eliminados os subsídios às importações de petróleo e de trigo. A taxa de inflação foi usada para os aumentos nas tarifas dos serviços de utilidade pública. A eliminação dos déficits orçamentários do governo federal e conseqüentemente redução das forças inflacionárias de longo-prazo, eram seus objetivos finais com essas medidas, mesmo tendo como conseqüência um impacto inflacionário imediato. Os mercados financeiros sofreram esforços para sua modernização. Para auxiliar as pequenas e médias empresas a financiar a compra de bens de capital, foram criadas instituições especiais de crédito. A criação de instrumentos financeiros cujos valores seriam sujeitos a reajustes periódicos de acordo com a taxa de inflação, foi uma inovação importante. Parte do impacto inflacionário dos déficits do governo foram eliminados, quando foram introduzidos os títulos reajustáveis, pelo fato de que "...os déficits sendo financiados por títulos vendidos ao público seriam menos inflacionários do que os títulos vendidos ao Banco Central, o que equivalia a uma injeção de dinheiro novo na economia." (BAER, 1988, p.192). O governo com essa medida causa um impacto restritivo no mercado de crédito privado, pois o governo efetivamente estava agora, transferindo grande volume de fundos do mercado de capitais.

A criação do Banco Nacional de Habitação foi de grande importância, a taxa de inflação foi usada para fazer os reajustes em seus instrumentos de crédito. Embora o Banco Nacional de Habitação tenha tido um começo tímido, teve influência no final dos anos 60, pelo ressurgimento do setor de construção civil. A longo-prazo, era difícil constatar o tamanho do sucesso dos instrumentos de crédito reajustáveis sobre o setor habitacional. Em 1969 começou a ocorrer a demora ou falta de pagamentos, juntamente houve a redução forçada de outras despesas de consumo, evidenciando para muitos proprietários de residências as dificuldades em arcar com o excessivo ônus real das dívidas reajustáveis.

Para o mercado de ações, inúmeras medidas foram tomadas para modernizar suas operações. Para as regiões menos favorecidas do país, especialmente o Nordeste, incentivos fiscais foram usados para aumentar o fluxo de poupanças e o fluxo de fundos de investimentos. Para atrair os fundos de investimentos, e para aumentar e diversificar as exportações do país, uma grande importância foi dada ao artigo 34/18 da SUDENE. O governo estabeleceu uma instituição de crédito à exportação, os impostos que incidiam neste setor foram abolidos e os processos burocráticos foram simplificados substancialmente com o objetivo de aumentar e diversificar às exportações. Foram preservados os investimentos públicos em infra-estrutura, como construções rodoviárias, projetos hidrelétricos (por exemplo, a barragem de Boa Esperança no Nordeste, o vasto projeto hidrelétrico de Ilha Solteira em São Paulo), mesmo o governo fazendo esforços para reduzir suas despesas. (BAER, 1988, p. 193).

Os principais objetivos do governo desde 1964 eram diminuir gradativamente a taxa de inflação, acabar com as distorções de preços e outras que a inflação havia introduzido, modernizar os mercados financeiros e restabelecer um clima de confiança do investidor na economia.

A curto-prazo, essas medidas exigiram grandes esforços para vários grupos socioeconômicos, mas em última instância, ocorreria um aumento das poupanças disponíveis; essas poupanças seriam orientadas para os setores mais

remunerativos e desse modo produziram, a longo-prazo, taxas de crescimento satisfatórias. (BAER, 1988, p. 194).

### 2.2.2. Plano Estratégico de Desenvolvimento – (PED)

Os anos de 1967 até 1974 tiveram como característica, elevadas taxas de crescimento do produto real e um maior destaque na expansão do mercado externo.

Para os anos de 1968-70, foi estabelecido o *Plano Estratégico de Desenvolvimento* – (PED). O governo Costa e Silva, através desse plano, tinha por objetivo uma política de crescimento acelerado e auto-sustentado pela substituição dos produtos importados. O plano visava os setores da agricultura, indústria, energia, transportes, telecomunicações, habitação, saúde e saneamento.

“O equacionamento dos desequilíbrios no setor externo, o saneamento das finanças públicas, a reestruturação do sistema financeiro nacional e a existência de condições institucionais para a elevação da taxa interna de poupança viabilizaram mudanças substanciais nos objetivos da política econômica do governo. Poderiam iniciar-se agora os anos do ‘milagre econômico’.” (ROSSETTI, 1987, p. 223).

Segundo o autor, nessas condições se viabilizava a determinação de um elenco de objetivos direcionados para o crescimento econômico:

#### *Objetivos-base*

1. Aceleração do desenvolvimento econômico, simultaneamente com a contenção da inflação.
2. Desenvolvimento econômico a serviço do progresso social.
3. Expansão das oportunidades de emprego da mão-de-obra.

#### *Objetivos-condição*

1. Manter o controle do balanço de pagamentos, a fim de evitar a interrupção do processo de desenvolvimento pelo estrangulamento da capacidade de importar.
2. Evitar o agravamento das disparidades econômicas regionais e setoriais que a médio e a longo-prazos prejudicam o desenvolvimento dos mercados e impedem a distribuição equitativa dos benefícios sociais do desenvolvimento.
3. Realizar novas reformas econômicas e sociais, para modernizar as estruturas institucionais do país, transformando-as em instrumentos de aceleração do desenvolvimento e do progresso social.
4. Assegurar a manutenção do clima de ordem interna e estabilidade institucional, preservando a expectativa de segurança político-social indispensável ao bom aproveitamento das possibilidades de produção e das oportunidades de investimentos. (ROSSETTI, 1987, pp. 223-224).

Porém, a estratégia do desenvolvimento econômico foi alterada para o modelo extrovertido, onde a política econômica priorizava o mercado externo.

Segundo Milton Braga FURTADO (1998, p. 194), o desenvolvimento auto-sustentado como idéia, foi abandonada pelos seguintes motivos:

1. A poupança interna não ser suficiente para atender ao ritmo acelerado de crescimento desejado.
2. A capacidade da indústria nacional de substituir importados ter se esgotado.
3. O comércio mundial em franca expansão, à taxa de até 8% ao ano.
4. A liquidez do mercado financeiro internacional, oferecendo, a juros baixos, financiamentos para exportação e importação, bem como poupança externa imprescindível para tornar acelerado o crescimento econômico do país.
5. A carência interna de novos bens de capital, insumos básicos e tecnologia avançada para maior experiência da produção; além do mais, a etapa seguinte do crescimento econômico requeria maior capacidade gerencial do administrador e a assimilação de novas técnicas de mercado (*marketing*), de modo a assegurar a expansão das atividades econômicas.

Em sua estratégia de crescimento sustentável, o governo deu maior ênfase à política comercial. Além de ampliar os incentivos existentes, criou outros:

1. O crédito-prêmio-IPI – não apenas isentou o exportador do imposto como permitiu que o mesmo se creditasse do valor correspondente até uma determinada alíquota (Decreto-lei 491/69).
2. Várias linhas de crédito, a taxas subsidiadas, para a produção de bens destinados à exportação, junto ao Banco do Brasil (Finex, BNDE e Fungiro) e aos bancos comerciais.
3. A isenção de tributos fiscais à matéria-prima e aos componentes incorporados ao produto exportado (*draw-beck*).
4. O Programa de Benefícios Fiscais à Exportação – Befiex – para atender à exportação de automóveis, máquinas rodoviárias e de construção, tratores agrícolas de rodas e pneumáticos.
5. A Comissão de Incentivos às Exportações - Ciex, que estimulou a criação de *trading companies*, intensificou o comércio com os parceiros tradicionais – com ênfase aos países latino-americanos – e procurou novos mercados na África, Ásia, e Leste europeu. (FURTADO, 1998, pp. 194-195).

A partir de agosto de 1968, a adoção do sistema de minidesvalorização da moeda (*crawling-peg*), foi o maior incentivo a exportação. Pelo acordo de *Bretton Woods*, no qual a moeda brasileira estava vinculada ao esquema de taxa fixa, começa a sofrer pequenos reajustes, em períodos variáveis de tempo.

Para a agricultura os incentivos foram: créditos subsidiados, política de preço mínimo e, incentivos à mecanização e ao uso de fertilizantes.

A nova estratégia do governo apresentou resultados. As exportações em 1968 aumentaram em 13,7%, 22,8% em 1969 e 18,5% em 1970. Apenas os produtos primários em 1970 mostraram um resultado modesto, 5% superior em relação a 1969, mas as vendas cresceram novamente nos anos seguintes. Foi muito significativo o aumento ocorrido nas exportações para o período 1967-73, superior em 275%, um aumento que refletia não apenas a quantidade, mas uma diversificação dos produtos exportados, como também, os produtos industrializados (manufaturados e semifaturados) em 1973, representavam 29,7% da receita de exportação, contra apenas 10% em 1968 e 1969. (FURTADO, 1998, pp. 195-196).

Com o aumento na produção interna dos produtos primários, juntamente com a seca ocorrida em 1967, no hemisfério norte, desencadeou um aumento dos preços dos produtos alimentares, desta maneira, o produto nacional ficou mais competitivo no mercado mundial.

A maior participação do complexo soja (grãos, farelo, torta, óleo de soja bruto e refinado), contribuindo para aumentar a diversificação dos produtos básicos nas exportações, resultou em um salto dos 2,5% de 1967-71, para 7% em 1972 e 14,8% em 1973, desta maneira, somente o café o superava como um dos principais produtos da exportação brasileira.

Foram positivos até 1970, os saldos da balança comercial, voltando a ser novamente apenas em 1973. Houve um aumento de 207% nos déficits da conta serviços entre 1967-73, levando a conta corrente do balanço de pagamentos a elevar o seu déficit.

Em 1967, o mercado financeiro internacional apresentava abundância de recursos no mercado de eurodólares (dólares norte-americanos reciclados por bancos europeus), resultado das emissões norte-americanas para cobrir o déficit do seu balanço de pagamentos. O Brasil que até então tinha como fontes de recursos externos o FMI, BIRD e BID, além de agências do governo dos EUA como USAID e EXIMBANK, volta-se agora para o sistema bancário privado internacional. (FURTADO, 1998, pp. 195-196).

O governo brasileiro estabelece dois instrumentos importantes de captação:

1. Lei 4.131/62, alterada pela Lei 4.390/64, que regulou o financiamento direto de empresas a empresas e bancos internacionais a empresa;
2. Resolução 63 do Banco Central, de 21/08/67, que facultou aos bancos comerciais operarem em câmbio e intermediarem a contratação direta de empréstimos externos de curto prazo para financiamento de capital fixo e de giro a empresas instaladas no Brasil; houve uma grande afluência da poupança externa ao País, e o governo chegou a adotar medidas restritivas, em 1972, para novos empréstimos, com prazo de pagamento mais longo, devido não só à pressão inflacionária (para cada dólar que entra há uma emissão de moeda nacional em valor correspondente), como, também, ao bom nível de reservas internacionais alcançadas. (FURTADO, 1998, p. 196).

Embora o governo tivesse dado prioridade ao mercado externo, o mercado interno teve grande expansão, resultado de alguns fatores que se conjugaram. São eles:

1. O aumento dos investimentos públicos na implementação de seus planos de desenvolvimento;
2. A expansão dos meios de pagamentos em taxas superiores às desejadas pela teoria quantitativa da moeda, estimulando novos investimentos;
3. A incorporação de maior número de consumidores urbanos, não tanto pelos seus salários, que eram baixos, mas pelo aumento do número de assalariados nos setores industrial e de serviços;
4. O crescimento e a eficiência dos meios de comunicação. (FURTADO, 1998, pp. 196-197).

Foi pela situação institucional vigente no período de implementação do *Programa Estratégico de Desenvolvimento*, que os objetivos de crescimento que haviam sido inicialmente programadas foram atingidos e ultrapassados, sem que houvesse tendências inflacionárias. A taxa de crescimento do produto interno bruto duplicou, passando de 5% para 10%, enquanto que a inflação recuou de um patamar de 40% para menos de 20%, entre 1967-70. Concomitantemente, o déficit de execução financeira das contas do Tesouro Nacional foi contido, passando de aproximadamente 25% para menos de 4%. Foi ainda contida a expansão monetária primária, enquanto os empréstimos ao setor privado, via sistema bancário e não bancário se ampliaram em proporções que compatibilizaram as intenções de controle da inflação com as de expansão da produção e do emprego. Estes elementos de desempenho, característicos das fases de ajuste pós-recessão, quem sabe se mantivessem por prazos duradouros, não fossem as aspirações de conduzir a economia brasileira como potência mundial emergente. No início da década de 70, o encantamento com a recuperação do desenvolvimento com limitação da inflação levou à formulação de

metas mais ambiciosas, possivelmente não consentâneas com as condições estruturais ainda vigentes. (ROSSETTI, 1987, p. 225).

### 2.2.3. I Plano Nacional de Desenvolvimento – (I PND)

O *I Plano Nacional de Desenvolvimento* – I PND – foi elaborado no governo Médici (1969-74), para ser implementado no período de 1972-74, como extensão do Programa de Metas e Bases de Ação do Governo anterior. A manutenção da política econômica nacional de 1967-74 deveu-se, a permanência de Delfim Netto como ministro da Fazenda.

O Plano, formulado em clima de euforia de crescimento econômico, incorporou a si próprio a importância de “Modelo Brasileiro e Estratégia de Desenvolvimento”, mesmo que, na realidade, ficasse restringido ao desenvolvimento setorial, não indo muito além da produção de bens de consumo durável.

Esse projeto nacional deveria ser executado por etapas, dentro do sistema de Planos Nacionais de Desenvolvimento, para períodos quinquenais. Para o I PND, os objetivos de crescimento econômico assumiram novas dimensões, de maneira que o produto interno bruto deveria crescer entre 7 a 9% ao ano no mínimo, elevando-se para 10%. Atingido este objetivo, o Brasil seria posto ao lado dos países de mais rápido crescimento no mundo, de maneira que o aumento do PIB entre 1969 e 1973 seria de 41%, já o produto *per capita* se elevaria em 26%, não havendo a necessidade do uso de políticas de supressão do crescimento demográfico. A elevação em 13% na taxa do emprego global, resultaria na criação de 4 milhões de empregos adicionais para o período. O investimento bruto, em termos reais, cresceria 58%; o produto industrial, 51%; e as exportações, 46%. O I PND, para realizar tais objetivos, elaborou uma lista visivelmente interconsistente de metas estratégicas, que em alguns casos, as taxas de crescimento

ultrapassavam os 100%, especialmente nos setores de siderurgia, metalurgia, mineração e habitação. (ROSSETTI, 1987, p. 226).

Os objetivos básicos fixados para o período foram:

1. Promoção do desenvolvimento econômico, segundo taxas que situem a economia brasileira entre as que apresentam os mais rápidos ritmos de crescimento.
2. Expansão do emprego, com vista a reduzir, progressivamente, o índice de desemprego estrutural.
3. Continuação do esforço antiinflacionário, com vista a alcançar relativa estabilidade de preço, até um nível inferior a 10% ao ano.
4. Obtenção de relativo equilíbrio do balanço de pagamentos, compatível com os objetivos de desenvolvimento e de estabilidade.
5. Promoção da melhor repartição da renda social, através da participação da classe média e dos trabalhadores nos resultados do desenvolvimento, da democratização das oportunidades e da ausência de privilégios.
6. Correção gradual dos desequilíbrios regionais e setoriais, com o deslocamento da fronteira econômica do país e com a integração à economia interna das regiões marginalizadas do dinamismo produtivo e tecnológico.
7. Continuação de reformas econômicas, sociais e políticas, necessárias à transformação da estrutura sócio-econômica do país e à criação de bases para o desenvolvimento de longo prazo auto-sustentado.
8. Manutenção de estabilidade política e da segurança nacional, como elementos indispensáveis para o desenvolvimento. (ROSSETTI, 1987, p. 226).

Os resultados do I PND foram positivos por atingir seus objetivos globais. A economia brasileira passou a crescer aceleradamente, elevando seu PIB em 11,1% em 1972 e 13,6% em 1973, mesmo com a “crise do petróleo”, iniciada no último trimestre de 1973, e com os problemas para a comercialização da soja e do café, o crescimento do produto real no ano foi de 9,7%. O I PND levou o Brasil em 1973 a ocupar a 8ª posição entre as economias mais desenvolvidas do mundo, anteriormente estava na 15ª posição. O país exportou 174% a mais do final de 1971 até o final de 1974, levando a balança comercial a reduzir seu déficit a ponto

de que em 1973 revelou saldo positivo de 182 milhões de dólares. Mas a elevação dos déficits da conta serviços impôs um déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, de maneira que, o ajuste nas contas, ocorreu pelo fato de que o governo obteve recursos externos suficientes para até acumular reservas internacionais chegando no final de 1973 com seis bilhões de dólares. (FURTADO, 1998, pp. 199-200).

O país passou a captar notadamente sob a forma de empréstimos e financiamento, a brutal entrada de capital externo, resultando numa elevação de 338% na dívida externa bruta do país no período 1967-73, ano em que atingiu 12.572 milhões de dólares. Mas as receitas de exportação aumentaram em taxas superiores, tornando cadente o quociente de endividamento, reduzindo de 1,69 em 1971 para 1,04 em 1973.

A política de endividamento externo tornou-se, no período, no principal motivo de aceleração do crescimento econômico. Ao adotar o modelo extrovertido para a economia, o país ficou mais dependente do exterior, como também, os incentivos para a exportação levaram a uma redução na oferta interna, principalmente de produtos agrícolas.

Mas o I PND não previa a crise do petróleo iniciada no último trimestre de 1973, que elevou brutalmente seu preço no mercado internacional, prejudicando enormemente a situação econômica do país em dois campos: no campo externo, houve o agravamento dos reajustes do balanço de pagamentos, e no campo interno, com o retorno da escalada das taxas de inflação. (FURTADO, 1998, pp. 199-200).

### **3. O MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO – (1968-1973)**

Com o início do governo militar, após o golpe de 1964 e, até 1967, o enfoque foi na reorganização e na recuperação, pois houve o colapso econômico e político no final do governo João Goulart. Pretendeu-se restabelecer o funcionamento normal da economia, impedir que a inflação encaminhasse para uma hiperinflação, corrigir as muitas distorções que desde o final dos anos 50 estavam se agravando, e determinar as bases para um crescimento mais equilibrado e, talvez, auto-sustentado. Portanto, menos dependente do modelo de substituição de importações.

Os resultados do governo Castelo Branco, que era de tendência neoliberal e com índole conservadora em economia, em essência, sua estratégia consistia no controle da inflação e na reorganização econômica, para que o sistema de mercado voltasse a funcionar. Obteve-se considerável êxito no combate à inflação, com o recuo da taxa de aumento do Índice Geral de Preços de 87,8% em 1964 para 38,2% em 1966. Resultado muito significativo, pois ocorreu no período muita inflação corretiva.

Nesse governo também, o balanço de pagamentos apresentou resultados positivos, houve superávit comercial em todo o triênio 64-66, como até superávit em conta corrente. O país começou a perder o preconceito contra as exportações, que alcançaram US\$ 1,7 bilhão em 66, enquanto as importações pouco se elevaram, devido à estagnação industrial. (VELLOSO, 1986, pp. 121-125).

Aponta-se o governo Costa e Silva, como o responsável por preparar o caminho para a retomada do crescimento acelerado. O biênio 1967-68 ficou conhecido por ter ocorrido, simultaneamente, o recuo da inflação e a elevação da taxa de expansão do PIB, juntamente a empresa privada experimentava alívio fiscal e creditício. Nos anos seguintes, as taxas de crescimento caminharam para o nível dos 10% ao ano, sem causar exacerbação da inflação. Nesse governo a

inflação recua dos quase 40% deixados pelo seu antecessor para o patamar dos 20%, no qual permaneceria por alguns anos.

Destaca-se também no governo Costa e Silva, os anseios do Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED, com uma estratégia equilibrada entre substituição de importações, expansão do mercado interno e promoção de exportações; com o fortalecimento da empresa privada nacional; com a redução do custo dos insumos básicos para o setor privado; e com a participação da Arena (Aliança Renovadora Nacional), o partido do governo, na elaboração da política de desenvolvimento. (VELLOSO, 1986, pp. 121-125).

A partir de 1968, inicia-se o auge da nova fase de desenvolvimento, onde se apresenta alto crescimento e baixa inflação, o que constituiu o chamado “milagre brasileiro”. A taxa média de crescimento de 68/73 foi de 11% ao ano, enquanto a inflação declinava atingindo seu nível mais baixo em 1973 com 15,5%. (ver tabela 1).

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO PIB E VARIAÇÃO DA INFLAÇÃO

Anos	Crescimento real do PIB (%)	Inflação IGP (%)
1964	2,6	87,8
1965	2,1	55,4
1966	5,4	38,2
1967	4,7	25,0
1968	11,0	25,5
1969	10,2	20,1
1970	8,3	19,3
1971	12,0	19,5
1972	11,1	15,7
1973	13,6	15,5
1974	9,7	34,5

Fontes: DCS-IBRE/FGV para crescimento do PIB. *Conjuntura econômica*, índices de preços, coluna 2 para o IGP.

Extraído: ROSSETTI, José P. Política e Programação Econômicas. São Paulo, 1987. Ed. Atlas. Tabela 5.8, p. 204.

“Na fase do ‘milagre’, teve-se no Brasil um novo tipo de Estado neoliberal em economia – que acreditava em controle de preços e juros, era ativo na infraestrutura e no impulsionamento do setor privado.” (VELLOSO, 1986, p. 126).

O “milagre” na indústria se evidencia nas indústrias de bens finais, onde o enfoque se deu nos bens de consumo duráveis. Para tanto, utilizou-se o crédito às empresas, a redução de impostos e o crédito ao consumidor. Nos casos da indústria têxtil, de calçados e de vestuário, estas utilizaram as importações financiadas de bens de capital para se modernizarem. O setor de bens de capital se favoreceu com a expansão do investimento utilizando sua capacidade ociosa, de maneira que elevou sua produção a partir das encomendas do setor público e da indústria privada. Instala-se em todo setor industrial o círculo virtuoso do crescimento, pois a indústria em boa parte é mercado dela mesma. A industrialização na economia brasileira se eleva, ou seja, o desempenho industrial em termos de taxas de crescimento foi maior que a relacionada ao PIB, a média da indústria entre 1968-73 foi de 12% sendo que em 1973 chegou a 16% e o PIB próximo de 14%. Nesses seis anos, os bens duráveis de consumo aumentaram a uma taxa média anual de 21%, e a indústria automobilística em 22%. De maneira que cresceu a participação dos bens duráveis no valor adicionado industrial, passando de 6,4% em 1967 para 9,8% em 1973. Reduziu-se a dos bens não-duráveis de 46% para 39%, estabilizou-se a dos bens intermediários, mas se elevou a dos bens de capital. (VELLOSO, 1986, pp. 126-127).

No caso dos bens intermediários, aponta-se o Programa de Expansão da Siderurgia, na sua primeira etapa, bem como, a criação do Pólo Petroquímico da Bahia. Foi elaborado também, um Programa de Metais Não-Ferrosos.

Foram alteradas as composições da Renda Interna, ou seja, no período 56/61 o setor primário participava com 22% e declinou para 11% em 68/73, já o secundário elevou de 25% para 36%. (VELLOSO, 1986, pp. 126-127).

As expansões de crédito ao setor privado nesse período, pelo sistema monetário, foram em média de 48%, ao mesmo tempo em que a inflação em média ficou nos 20%. A partir de 67, a empresa privada nacional passou a contar com no mínimo de 50% dos créditos bancários e a contar com financiamento externo pelo mecanismo da Resolução 63, de maneira que as grandes empresas e os bancos partiram em busca dos empréstimos externos em moeda, que assumiriam uma parcela crescente do passivo bancário. No período de 1970-74, se elevou de 7,5% para 19,4%, o tamanho da “poupança financeira bruta externa” no total da “poupança financeira bruta nacional”. A liquidez em dólares era excessiva, levando rapidamente a acumulação de reservas, de maneira a ser um fator expansionista dos meios de pagamento (entre 1968 e 1973, a expansão anual dos meios de pagamento foi, em média, de 36%, e a da base monetária, de 32%), pois o Banco Central tinha de fornecer os cruzeiros correspondentes ao tomador de crédito em divisas. Para ajustar esse efeito sem alterar a essência da política, adotou-se a regra do “congelamento” parcial e temporário dos créditos, juntamente com os primeiros exercícios de enxugamento da liquidez utilizando-se do lançamento de títulos da dívida pública no mercado aberto, a partir de 69. Mas, no pensamento da política econômica do período, a expansão de liquidez real foi usada de maneira explícita como um meio de desenvolvimento. (TAVARES, 1985, pp. 30-31).

Alguns elementos que contribuíram no processo de aceleração da taxa de crescimento foram o *boom* das exportações, a atenção especial com a agricultura (com o programa de insumos modernos e, em geral, crédito subsidiado), e notadamente os investimentos do governo em setores como energia, transportes e comunicações. Na área habitacional e de saneamento, implementou-se programas específicos com sucesso. Houve crescimento dos salários reais, mas abaixo do aumento de produtividade.

As exportações ganharam estímulos específicos, para os produtos manufaturados surgiu o sistema de crédito-prêmio de IPI e de ICM, pelo qual o exportador recebe como “prêmio” a quantia equivalente aos impostos pagos sobre

matérias-primas e insumos utilizados na produção de mercadoria semelhante comercializada internamente. Implementou-se também um sistema de crédito subsidiado para a produção de manufaturados exportáveis. Para dar apoio à exportação de produtos primários, importantes programas para a renovação da infra-estrutura foram lançados, ao mesmo tempo, tentou-se aliviar as barreiras burocráticas nas operações externas. Na verdade, com relação ao estímulo à exportação, na prática usou-se um câmbio diferenciado em favor do exportador. (TAVARES, 1985, pp. 30-31).

Para as importações, o governo Castelo Branco elaborou uma nova tarifa alfandegária, sendo promulgada em fevereiro-março de 1967 no qual envolvia uma redução linear de alíquotas que não sofreria maiores alterações nos próximos governos. Com isso, reduziu-se de 47% em 1966 para 20% em 1967 a alíquota média de impostos de importação para todos os produtos e, para a indústria de transformação o recuo da taxa foi de 58% para 30%. Contudo, com relação às taxas de proteção efetiva, pelo qual não considera apenas a tarifa sobre o produto final mas incluem as tarifas que incidem sobre os insumos, o recuo foi de 72% para 31% no geral enquanto recuou de 98% para 52% para a indústria de transformação, portanto continuando com um elevado grau de proteção. Com o novo regime tarifário, foi muito importante para algumas mercadorias à continuidade das isenções de impostos de importação, porém a tarifa discriminava os bens de produção interna da externa, de maneira que os bens objeto de produção interna eram fortemente taxados. (BERGSMAN<sup>2</sup>, apud LAGO, 1990, p. 274).

Os resultados no setor externo foram notáveis, “o forte crescimento do comércio exterior do Brasil levou a um aumento de participação do país no total das transações mundiais de bens. De fato, considerando-se dados compilados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o total das exportações FOB e

---

<sup>2</sup> BERGSMAN, J. . Brasil: *Industrialization and Trade Policies*, Londres, Oxford University Press, p. 48-54, 1970.

importações CIF no mundo, a participação do Brasil no comércio mundial aumentou de 0,88% em 67-68 para 1,20% em 72-73." (IMF YEARBOOK<sup>3</sup>, apud LAGO, 1990, p. 276).

Os coeficientes de abertura do país foram tímidos, contudo ocorreu uma maior diversificação dos mercados externos. Passa a ser o principal comprador de produtos brasileiros o Mercado Comum Europeu ultrapassando os Estados Unidos. De fato, a parcela dos seis membros originais da CEE (Comunidade Econômica Européia) nas exportações chega a 29,5% em 1969 enquanto os Estados Unidos apenas 26,4%, mas em 1973 a participação chega a 30,6% reduzindo-se a parcela americana para 18,1%. Mas se considerarmos a nova CEE ampliada para 12 países corresponderia a 41,9% das exportações brasileiras. Notável também, de 1967 a 1973 o aumento da participação do Japão nas exportações brasileiras, passando de 3,4% para 6,9% do total, sendo de grande importância a maior exportação de minérios de ferro. (LAGO, 1990, pp. 277-278).

A política cambial e a política de comércio exterior executadas entre 1967-73 tiveram notável êxito com relação ao aumento das exportações do país, bem como, a sua capacidade de importar, contribuindo direta e indiretamente para o crescimento da indústria e do produto como um todo. Portanto, em grande medida os objetivos do Concex (Conselho de Comércio Exterior) foram atingidos, especialmente ocorreu uma diversificação dos mercados externos do país e uma maior abertura para o exterior. Porém, não houve diversificação nas importações, já que o país comprava especialmente matérias-primas, insumos e equipamentos, situação que se reverteria após 1974, pois cresceria no valor total das importações a participação dos países produtores de petróleo. (LAGO, 1990, pp. 277-278).

Houve aumento das exportações bem como na sua diversificação. As exportações totais passaram de US\$ 1,7 bilhão em 67, para US\$ 6,2 bilhões em 73, um aumento de 264%. O café declinou da participação de 53% na exportação total, em 64, para 21% em 73, enquanto os manufaturados se elevaram de 6%

---

<sup>3</sup> International Monetary Fund (IMF), *Yearbook*, pp. 66-73, Washington, DC, 1981.

para 24%. Simultaneamente, as importações cresceram ainda mais rapidamente que as exportações, passando de US\$ 1,4 bilhão em 67, para US\$ 6,2 bilhões em 73, aumento de 343%. (ver tabela 2).

TABELA 2 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL – 1967-1973 – US\$ MILHÕES

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1967	1.654	1.441	+213
1968	1.881	1.885	-4
1969	2.311	1.993	+318
1970	2.739	2.507	+232
1971	2.904	3.247	-343
1972	3.991	4.232	-241
1973	6.199	6.192	+7

Fonte: BACEN.

Extraído: GOLDENSTEIN, Sérgio. A dívida externa brasileira – 1964/1983: evolução e crise. Rio de Janeiro, 1986. Ed. Guanabara. Quadro 21, p.100.

A balança comercial apresentou déficits significativos em 71 e 72, devido ao aumento das importações totais e contrariamente a tradição do país. (ver tabela 2). Na conta serviços, o déficit também cresceu muito, indo de US\$ 576 milhões em 67 para US\$ 1,7 bilhão em 1973, conseqüentemente o mesmo aconteceu em conta corrente. Apresentou-se esses resultados mesmo com a elevada expansão do comércio mundial no período, onde as exportações mundiais cresceram a uma taxa anual de 18%, bem como, da melhoria das relações de troca (ou seja, preços de exportação sobre preços das importações), estimada em cerca de 20%.

O investimento direto estrangeiro no país no período 1967-73 aumentou em 6 vezes, passando de US\$ 163 milhões para US\$ 1.019 milhões, inclusive reinvestimento, "...ocorreu um forte reinvestimento de capital estrangeiro no país, destinando-se tanto à ampliação de instalações como à aquisição de empresas existentes, de capital nacional ou estrangeiro. Entre 1967 e 1973, porém, não se observou uma queixa sistemática da indústria nacional contra a

desnacionalização, como ocorrera no período 1964-1966.” (BONELLI e MALAN<sup>4</sup>, apud LAGO, 1990, p. 283).

“Os principais países investidores eram os Estados Unidos com 37,5% do total; a Alemanha Federal com 11,4%; o Canadá com 7,9%; a Suíça com 7,8%; o Reino Unido com 7,1%; o Japão com 7,0% e a França com 4,5%. Os demais países não detinham, individualmente, mais de 3% do total.” (Banco Central<sup>5</sup>, apud LAGO, 1990, p. 282).

De grande importância foi o investimento estrangeiro para a expansão das exportações de manufaturados e no desenvolvimento de novas atividades, visivelmente na área de bens de capital.

As autoridades econômicas entre 1967-73, apoiaram francamente o investimento estrangeiro: nas Diretrizes de governo de 1967, já constavam declarações favoráveis à entrada de capital estrangeiro no país.

No entanto, mais do que as declarações, as boas intenções da nova equipe foram fatores de grande importância para o acréscimo dos investimentos no Brasil:

(i) a nova política cambial (favorecendo remessas de lucros e dividendos ou repatriações a taxas de câmbio realistas e uma programação de exportações mais estável por parte das empresas multinacionais); (ii) a política de incentivo à exportação, que culminou com a criação do Befiex; (iii) a retomada do crescimento (inclusive com a expansão de setores em que o processo de substituição das importações não se encerrara, como as áreas de bens de capital e insumos básicos); (iv) a existência de um programa conhecido de investimentos públicos e de uma política industrial favorável, implantada pelo CDI, e (v) a partir de fins de 1968, com o endurecimento do regime autoritário, a aparente maior estabilidade política do país. (LAGO, 1990, p.283).

No caso da dívida externa e das reservas internacionais, também houve um aumento expressivo. As reservas atingiram o patamar de US\$ 6,4 bilhões em 1973, enquanto a dívida bruta (ou seja, sem deduzir as reservas) se situava em US\$ 12,6 bilhões, portanto a dívida líquida, era de US\$ 6,2 bilhões. (ver tabela 3).

---

<sup>4</sup> MALAN, P. e BONELLI, R. , Os Limites do Possível: notas sobre o balanço de pagamentos e a indústria no limiar da segunda metade dos anos setenta, *Pesquisa e Política Econômica*, pp. 396-7, 6(2), agosto de 1976.

<sup>5</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Boletim*, Separata, pp. 79-91, Brasília, agosto 1984.

A dívida externa bruta entre 1967 e 1973, aumentou numa taxa anual de 19,3% ao mesmo tempo em que o aumento da dívida líquida foi de apenas 9,6% ao ano, de maneira que houve uma importante acumulação de reservas. Simultaneamente, houve alterações importantes na composição da dívida externa. Saltou de 26,9% em 1967 para 64,1% em 1973, a participação dos empréstimos privados na dívida pública externa, que representava a quase totalidade da dívida total. Essa alteração na composição estava associada com o aumento das diferentes operações de crédito externo ofertados para as empresas privadas e para as empresas públicas de administração pública. Em muitas situações, e de acordo com as regras estabelecidas pela Lei 4.131 de 3.9.1962, ocorriam empréstimos diretos das instituições internacionais não oficiais, bancos comerciais ou fornecedores. Todavia, os créditos às empresas, às vezes, eram indiretos, na medida em que os bancos estabelecidos no Brasil estavam autorizados a captar empréstimos externos em seu nome por um determinado prazo, e repassá-los a prazos mais curtos internamente, de acordo com a Resolução 63 do Banco Central do Brasil, de 21.8.67. No caso das estatais, especialmente as grandes empresas públicas, buscavam os empréstimos externos de fontes privadas para a execução de novos projetos. (LAGO, 1990, pp. 278-279).

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRUTA E DAS RESERVAS INTERNACIONAIS DE 1967- 1973 – US\$ BILHÕES.

Ano	Dívida Externa Bruta de Longo Prazo (1)	Reservas Internacionais (2)
1967	3,4	0,2
1968	3,8	0,3
1969	4,4	0,7
1970	5,3	1,2
1971	6,6	1,7
1972	9,5	4,2
1973	12,6	6,4

Fontes: (1) Relatórios do Banco do Brasil 1961-63; Relatórios da SUMOC – 1961-64; Boletins do Banco Central do Brasil, vários números. (2) FMI, *International Financial Statistics*, vários números. Extraído: DAVIDOFF CRUZ, P. Dívida externa e política econômica, a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo, 1984, Ed. Brasiliense. Tabela 1, p 12.

A política cambial foi muito atrativa ao ingresso de capitais de empréstimos, pois havia enormes quantidades de recursos no euromercado. Para manter a renda do exportador, o sistema de minidesvalorização cambial se alinhava de acordo com a inflação interna, mas descontava a inflação norte-americana. Portanto, pretendia-se repassar integralmente ao tomador em cruzeiros dos dólares os efeitos da inflação mundial na desvalorização da dívida contraída no exterior. Mas esse cenário era especialmente favorável à expansão do crédito externo ao Brasil, bem como, ao crescimento das importações e relativamente neutra nas exportações, somente enquanto as taxas de juros internacionais permanecessem baixas e estáveis.

A política fiscal adotada acentuou o modo regressivo do sistema tributário brasileiro, já presente na reforma de 1967. Com o motivo de estimular a “poupança”, multiplicaram-se as isenções de impostos de pessoas físicas – ou inclusive sua devolução, como no episódio do Decreto-Lei 157. Entretanto, foi na redistribuição da receita fiscal entre União, Estados e Municípios que se fez mais francamente presente o desejo do Executivo federal em sua fúria de centralização e concentração de poderes desencadeados com o AI-5. Foi reduzida à metade a transferência tributária devida pela União a Estados e Municípios, nos termos da Carta de 67, com o que se completou na esfera econômico-financeira o processo político de destruição da Federação que transformou governadores e prefeitos de capitais e cidades “estratégicas” em delegados do poder central, agora impossibilitados de atender também aos serviços públicos locais.

Com relação aos juros, a conjuntura internacional de folgada liquidez era abertamente favorável ao tomador de crédito. Havia, ao mesmo tempo, o estímulo cambial. Porém, o governo não confiava somente nas forças “livres” do mercado para nivelar por baixo as taxas financeiras. Deste modo, impôs um controle a curta distância da taxa de juros interna. Coerentemente, impôs igualmente o controle de preços nos setores oligopolizados ou sob administração direta do Estado, bem como de alguns produtos básicos de consumo amplo.(TAVARES, 1985, pp.30-33).

Para os salários e relações trabalhistas, a nova administração empossada em 1967 herdou uma política salarial com regras de reajustes definidas, e uma estrutura legal muito limitativa quanto a negociações salariais. A regra de correção de salários para o setor público, baseado no PAEG, foi rapidamente incorporada pelo setor privado. De acordo com a Lei 4.725 de 13.6.65, os reajustes salariais seriam baseados na média aritmética dos salários reais nos últimos 24 meses antes da data do reajuste, de modo a não ser mais reajustado pelo pico como acontecia. Para se obter o novo salário seria multiplicado a média do salário real pelos coeficientes de produtividade e de inflação prevista, ou “resíduo inflacionário”.

Mas a nova equipe econômica, com a Lei 5.451 de 12.6.68, provavelmente visando à manutenção de um nível de demanda satisfatório, introduz uma modificação na fórmula de cálculo dos salários, pretendendo corrigir a distorção resultante da subestimação, a cada ano, da inflação prevista, ou seja, do resíduo inflacionário. Com isso, até novembro de 1974, a política salarial ficaria inalterada.

Os resultados da política salarial e da política de relações trabalhistas do governo no período de 1967-1973 levaram a contenção dos níveis de salário real, pois a nova administração pretendia combater à inflação de custos, portanto facilitou a acumulação de capital pela manutenção de altas taxas de lucro, e possibilitou uma política de remuneração seletiva para o pessoal de nível mais elevado. (LAGO, 1990, pp. 284-287).

A concentração de renda nas mãos dos 5% mais ricos passou de 28,3% em 1960 para 34,1% em 1970 e 39,8% em 1972, ao mesmo tempo, eleva-se de 11,9% em 1960 para 14,7% em 1970 e 19,1% em 1972 a parcela na renda dos 1% mais ricos. Com relação aos 50% mais pobres, o rendimento caiu de 17,4% em 1960 para 14,9% em 1970 e 11,3% em 1972. (IBGE<sup>6</sup>, apud LAGO, 1990, p. 290).

Com esses dados o “período do milagre” de 1968-1973, foi apontado por muitos autores pela concentração de renda, como também, o crescimento da economia ter beneficiado apenas pequena parcela da população, e que o

---

<sup>6</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *indicadores IBGE*, p. 196, 1979.

crescimento da indústria de bens de consumo durável foi baseado na demanda de um estrato muito pequeno da sociedade.

Porém, com relação ao “milagre” e a respeito dos salários e concentração de renda o autor faz alguns esclarecimentos:

Assim, são inegáveis os progressos em várias frentes, durante o período de crescimento de 1967 a 1973. Porém, os dados de salários e de distribuição de renda indicam que os benefícios do crescimento não foram distribuídos de forma equitativa entre a população e que essa situação decorreu, em parte, de políticas implementadas pelo governo naquele período. No caso do agravamento da desigualdade entre 1960 e 1970, o período de estagnação e as políticas de estabilização de 1964 a 1966 tiveram, sem dúvida, importância capital, ocorrendo uma certa estabilização dos fatores adversos a partir de 1968. Assim, a concentração de renda observada em 1970 não pode simplissimamente ser atribuída ao período do “milagre”, ainda que pareça ter ocorrido uma deterioração da distribuição da renda nos anos seguintes. (LAGO, 1990, p. 291).

O período do chamado “milagre” é muito controverso. Existem autores quem defendem o período como também tem os que criticam. A seguir veremos duas opiniões que refletem bem as análises sobre o tema:

A arquitetura impressionista do “milagre” econômico assemelhava-se a um castelo de cartas precariamente apoiado no sistema de crédito. No externo, pela abertura financeira da economia. No interno, fundamentado no instituto da correção monetária de ativos financeiros. Estava balizado, como visto, pelo sistema de incentivos e subsídios generalizados, bem como pelo sistema tributário regressivo, tudo favorecendo a acumulação. Com os salários contidos através de uma fórmula de reajustes que subestimava descaradamente a inflação futura, a pressão de custos sobre os preços se limitava ao comportamento dos preços dos insumos importados e da taxa de juros. (TAVARES, 1985, p. 33).

Mas de acordo com outro autor, que no caso fez parte dos governos dos Presidentes Médici e Geisel, os acontecimentos têm outra maneira de ser explicada:

Em *primeiro lugar*, é importante destacar que as condições gerais para a ocorrência do “milagre” resultaram de uma decisão política. Tal decisão se configurou em dois momentos.

O primeiro momento foi quando, na sucessão presidencial, de Castelo Branco para Costa e Silva, o novo governo assumiu atitude, em geral, revisionista com relação à política econômica anterior. E fez uma clara opção pelo crescimento, passando a considerar o controle da inflação como simples condição para a aceleração do desenvolvimento nacional. Como observou Fishlow, era uma opção semelhante à dos governos anteriores à Revolução (com muito maior grau de racionalidade) e implicava, nos métodos de combate à inflação, certa heterodoxia.

O segundo momento foi quando o Governo Médici, no início de 1970, optou pelo supercrescimento. O Presidente, na aula inaugural da Escola Superior de Guerra, pela primeira vez falou na determinação de “acelerar a marcha do desenvolvimento em um ritmo de crescimento da ordem de 10%”. A equipe de planejamento do Governo se vinha manifestando de forma mais cautelosa, e falando em crescimento de *no mínimo* 7 a 9% ao ano (como, na verdade, ainda iria constar do documento de *Metas e Bases*, aprovado em setembro daquele ano).

Em *segundo lugar*, o impulsionamento do “milagre” decorreu de uma atitude do Governo, de, através de incentivos e do convite à ação, liberar plenamente as forças produtivas do setor privado. Segundo já referido, deflagrou-se um tipo especial de neoliberalismo, de que foi bem típico o pronunciamento de posse do Ministro Delfim Netto, dizendo *tout court*: o crescimento do País está entregue à iniciativa privada; a função do governo é garantir os estímulos e responder pela retaguarda de infra-estrutura. (VELLOSO, 1986, pp. 133-134).

#### 4. A CRISE DO PETRÓLEO E O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – (II PND)

As origens da primeira crise do petróleo estavam no acordo de *Bretton Woods* de 1944, quando se criou o sistema de taxas fixas de câmbio e adotou o dólar norte-americano como referência para a cotação das demais moedas no mercado monetário internacional.

Com os desajustes do balanço de pagamentos, a guerra do Vietnã (1965-73) e o aumento do déficit fiscal, geraram uma instabilidade na moeda norte-americana com reflexos no sistema monetário internacional. A inflação nos países industrializados sobe e, em fins de 1971, os Estados Unidos desvalorizam sua moeda em 8,57% finalizando a paridade cambial, de maneira que os países que tinham seus principais produtos cotados em dólar e dependiam dessa moeda para suprir suas necessidades de importação e cumprir seus compromissos externos sofrem as conseqüências.

O grupo de países exportadores de petróleo sofreu um desajuste em sua balança comercial por causa dessa desvalorização, pois seu principal produto era cotado em dólar e, dependiam do mercado externo para suas importações, inclusive alimentos. Assim, a OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, decidiu aumentar em 1971 o preço do barril de petróleo de US\$ 1,80 para US\$ 2,50. Já em 1973, como meio de impor a retirada de Israel dos territórios árabes ocupados na guerra do *Yom Kippur*, a OPEP decidiu adotar um corte seletivo nos fornecimentos de petróleo, esse corte revelou o alto grau de dependência dos países ocidentais. Aproveitando-se disso, um novo reajuste é imposto e o preço do barril passa para US\$ 10,54. (FURTADO, 1998, pp. 201-205)

No Brasil, da energia consumida em 1973, a participação do petróleo era de 42,9% enquanto a produção interna cobria somente 23,5% da demanda aparente. Aproximadamente 70% do transporte de carga no país era através das rodovias.

As conseqüências do brutal aumento do preço do petróleo no mercado mundial na balança comercial brasileira foram aliviadas graças à ocorrência quase

ao mesmo tempo do aumento dos preços de alguns produtos de exportação, principalmente o café que representava 22% da receita cambial, bem como o bom nível das reservas internacionais, superior a US\$ 6,4 bilhões, suficientes para atender a mais de um ano de importações.

Passa a ser adotada a política de aumentos sucessivos de preços, especialmente da gasolina. O efeito direto do aumento do preço dos combustíveis foi acelerar a taxa de inflação, que, depois de manter-se pouco acima de 15% em 1972 e 1973, chegou a 34,5% em 1974.

Mas o impacto da crise foi mundial, o país começa a importar a inflação dos seus parceiros comerciais, principalmente na compra de bens de capital e insumos essenciais a vários setores da economia.(FURTADO, 1998, pp. 201-205).

Mesmo com o aumento da receita de exportação em 28%, o aumento com as despesas de importação foram de 104% em 1974, trazendo grave desequilíbrio na balança comercial. O valor das compras de petróleo bruto elevou-se de US\$ 711 milhões em 1973 para US\$ 2.840 milhões em 1974, o que significou um crescimento de 300% em apenas um ano. Embora as importações tenham crescido apenas 10% em volume, as despesas de importação praticamente dobraram entre 1973 e 1974. Os gastos de importação de matérias primas (inclusive petróleo) passaram de US\$ 3.271 milhões em 1973 para US\$ 8.429 milhões em 1974. O preço por tonelada de importação passou de US\$ 124,4 em 1973 para US\$ 230,2 em 1974; o preço da tonelada de petróleo importado aumentou em 4 vezes. (ver tabela 4).

TABELA 4 – EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES, 1973-1975 – US\$ MILHÕES

Anos	Import.	Mil. ton.	Preço ton. Import. (1)	Preço ton. petróleo	Import. Mat.-prima (1)	Import. petróleo
1973	6.192	49.769	124,4	20,1	3.271	711
1974	12.641	54.898	230,2	81,2	8.429	2.840
1975	12.210	53.056	230,1	80,0	7.225	2.875

(1) Inclusive petróleo.

Fonte: BACEN.

Extraído: GOLDENSTEIN, Sérgio. A dívida externa brasileira – 1964/1983: evolução e crise. Rio de Janeiro, 1986. Ed. Guanabara. Quadro 25, p.111.

O resultado para a balança comercial foi um déficit de US\$ 4.690 milhões em 1974, o que representava 5% do PIB. Aumentou mais de 300% o déficit em conta corrente. As despesas globais da balança de pagamentos passaram de US\$ 10.530 milhões em 1973 para US\$ 18.552 milhões em 1974. A necessidade de financiamento em divisas da balança de pagamentos aumentou em três vezes. O país tinha ainda os pagamentos crescentes do serviço da dívida externa, os quais representaram 40% das necessidades de financiamento da balança de pagamentos em 1974 e 1975. (ver tabela 5).

TABELA 5 – BALANÇA DE PAGAMENTOS, 1973-1975 – US\$ MILHÕES

Anos	Bal. comerc.	Bal. serviços	Bal. trans. correntes	Fluxo negat. BP	Neces. fin. BP	Serv. div.
1973	+7	-1.722	-1.688	10.530	3.158	2.186
1974	-4.690	-2.432	-7.122	18.552	9.042	2.722
1975	-3.540	-3.162	-6.700	18.991	8.072	3.670

Fonte: BACEN.

Extraído: GOLDENSTEIN, Sérgio. A dívida externa brasileira – 1964/1983: evolução e crise. Rio de Janeiro, 1986. Ed. Guanabara. Quadro 26, p.112.

O governo Geisel iniciado em março de 1974, colhe o saldo deixado pelo “milagre” que foi uma sólida indústria de bens duráveis e o desenvolvimento de alguns setores de produção de bens de capital, entretanto, há uma recessão mundial e o recrudescimento da inflação nas economias capitalistas avançadas, causadas pela primeira crise do petróleo.

Apesar da industrialização deixada, houve um descompasso entre as indústrias de bens de capital e a de bens de consumo. Havia escassez de equipamentos e bens intermediários, a maior parte dos quais importados.

Com os desajustes nas contas da balança de pagamentos, o descompasso na indústria e a recessão mundial, o governo Geisel muda sua estratégia de crescimento econômico. O governo inicia uma nova etapa no processo de substituição de importações, pois a política econômica passa a privilegiar o

desenvolvimento do setor de bens de capital com o intuito de reduzir suas importações.

Com tal objetivo, o *II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND* – estabelece dois eixos fundamentais para o desenvolvimento do setor de bens de capital:

1. Os ramos de bens intermediários, sobretudo a metalurgia, a petroquímica e a produção de energia seriam desenvolvidos sob a hegemonia das empresas estatais, mas em associação financeira e tecnológica com o capital estrangeiro.
2. Os ramos de produção de bens de capital (máquinas e equipamentos) seriam desenvolvidos pelo capital privado nacional a partir de créditos subsidiados concedidos pelo Estado. (GOLDENSTEIN, 1986, p. 113).

Apesar do “choque do petróleo” e da crise internacional, o *II PND* manteve o objetivo central do *I PND*, de maneira que procurou estabelecer diretrizes capazes de manter os impulsos de crescimento dos planos anteriores.

A lista de objetivos do *II PND* subordinou-se assim às diretrizes de crescimento acelerado sucessivo, apesar de incorporar preocupações quanto à estabilidade e à repartição. Em resumo, os objetivos para o período foram:

1. Manter o crescimento acelerado dos últimos anos, com taxas de aumento das oportunidades de emprego da mão-de-obra superiores às da década passada, que já superaram a do crescimento da mão-de-obra que ocorre ao mercado de trabalho.
2. Reafirmar a política de contenção da inflação pelo método gradualista.
3. Manter em relativo equilíbrio o balanço de pagamentos.
4. Realizar política de melhoria da distribuição da renda, pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico.
5. Preservar a estabilidade social e política, assegurada à participação consciente das classes produtoras, dos trabalhadores e, em geral, de todas as categorias vitais ao desenvolvimento, nas suas diferentes manifestações.

6. Realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do país. (ROSSETTI, 1987, p. 229).

Para a sustentação dos objetivos do período algumas estratégias foram elaboradas na área industrial, agropecuária, integração nacional, desenvolvimento social e integração internacional.

O cenário internacional não era favorável à expansão econômica aos níveis do “milagre”, havia a necessidade de contenção dos déficits de transações correntes do país e de amortecimento dos choques inflacionários originários do aumento dos custos dos bens importados e das pressões sindicais por aumentos salariais, respaldadas pela própria estratégia de desenvolvimento social que havia sido formulada. Mesmo assim, a taxa de crescimento da economia ficou em 6,5% em média entre 1974 e 1978 sendo, portanto, superior às dos países desenvolvidos.

Para reequilibrar a curto prazo a balança comercial, a nova política econômica implementou um controle rigoroso das importações e, incentivou as exportações através de um programa ambicioso, especialmente de produtos manufaturados. Com isso, o nível das importações permaneceu estável em um mesmo patamar enquanto as receitas de exportação duplicaram no período 1973-78 destacando-se principalmente a passagem de 23,3% em 1973 para 40% em 1978 na participação dos manufaturados nas exportações totais. De maneira que esses resultados reduziram em 1978 o déficit comercial para apenas 0,5% do PIB, conseqüentemente diminuiu o déficit de transações correntes. (GOLDENSTEIN, 1986, pp. 113-114).

Em apoio ao *II PND*, o governo manteve a política de endividamento para promover o desenvolvimento econômico, porém o plano era bem mais flexível do que os planos anteriores, prevendo inclusive, sua adaptação às mudanças da conjuntura internacional.

Essa política foi necessária devido às previsões de investimentos anuais correspondentes a 38% do PNB, sendo que a capacidade de poupança nacional era de apenas 28%, portanto a diferença foi captada no exterior, mais

intensamente a partir de 1975, quando houve uma sensível queda da poupança interna, e a liquidez do sistema financeiro internacional favorecia a captação facilitando a execução do II *PND*.

A política de endividamento foi responsável pelo agravamento dos indicadores de endividamento externo que passou de 0,99 em 1973 para 2,50 em 1978. Porém, o II *PND* alcançou a maior parte de seus objetivos destacando-se o processo de substituição de importações que gerou um melhor desempenho do comércio exterior, especialmente no início dos anos oitenta, quando passou a gerar superávits na balança comercial. O produto real cresceu à taxa média de 6,9% ao ano, entre 1973-78, e a renda *per capita* aumentou de US\$ 1.308 em 1973 para US\$ 1.580 em 1978.

As grandes dificuldades econômicas do Brasil seriam então acentuadas a partir de 1979, internamente, com as altas taxas de inflação e dos juros internos e, externamente, com o "choque" das taxas de juros internacionais geradas pela nova política monetária americana e do segundo "choque do petróleo". (FURTADO, 1998, pp. 205-207).

## CONCLUSÃO

As economias capitalistas no século XX, adotaram o planejamento como instrumento de política econômica com a finalidade de atingir objetivos econômicos e sociais.

No Brasil após o golpe de 1964, o planejamento é adotado de maneira sistemática, de maneira que em todos os governos até 1985 o planejamento foi utilizado.

O governo Castelo Branco – 1964-67, estabilizou a economia, saneou as finanças públicas, melhorou a arrecadação tributária, restringiu o crédito e a nova política salarial reduziu o poder de compra do trabalhador. De grande importância foi à criação do Banco Nacional de Habitação, a modernização do mercado financeiro e o incentivo a exportação.

Os resultados alcançados viabilizaram uma mudança substancial na política econômica a partir do governo Costa e Silva – 1967-69 onde, priorizou o crescimento acelerado e auto-sustentado, porém, o governo percebeu que não havia condições internas para implementá-lo e se volta para o mercado externo. Com algumas medidas o país passou a exportar mais, pois foram ampliados os incentivos ao exportador e estabelecidos instrumentos de captação de recursos externos. Contudo, mesmo com a orientação do governo para o mercado externo, o mercado interno apresentou grande expansão, de maneira que foram ultrapassados os objetivos inicialmente programados duplicando a taxa de crescimento e reduzindo a inflação.

Metas ambiciosas fizeram parte do governo Médici – 1969-74, o país passa a crescer aceleradamente, levando-o a ser a 8ª economia mundial, é o chamado “milagre econômico”. Os aumentos das exportações levaram a balança comercial em 1973 a apresentar superávit e mesmo aumentando a dívida externa diminuiu o quociente de endividamento. A industrialização se eleva, destacando-se a expansão nos bens de consumo duráveis e a dos bens de capital, de maneira que

aumenta a participação do setor secundário na composição da renda interna do país. Mesmo sendo reduzida a taxa de proteção efetiva com a redução da alíquota média de impostos de importação, a indústria de transformação continuou com um alto grau de proteção. Os resultados no setor externo levaram ao aumento da participação do país no total de transações mundiais de bens, passando de 0,88% em 1967-68 para 1,20% em 1972-73. O país se abre pouco, mas diversifica seus mercados para exportação, aumentando não apenas as exportações totais mas a participação de produtos manufaturados. O investimento direto estrangeiro aumentou seis vezes, inclusive reinvestimentos destinados tanto a ampliação de instalações como a aquisição de empresas existentes de capital nacional ou estrangeiro. Foi muito importante o investimento estrangeiro para a expansão das exportações e no desenvolvimento de novas atividades, visivelmente na área de bens de capital e insumos básicos onde o processo de substituição de importações não havia encerrado. A política salarial a partir de 1965 com a regra de correção de salários, passou a subestimar a inflação futura prejudicando o rendimento do trabalhador, a partir de 1968 o governo fez modificações na forma de reajuste buscando corrigir as distorções anteriores. O período do “milagre” é apontado por ter concentrado renda, porém a concentração já vinha ocorrendo desde o início da década de 60.

No governo Geisel – 1974-79, com a crise do petróleo e a recessão mundial, os bons resultados das exportações não foram suficientes, pois os gastos com as importações dobraram entre 1973-74 trazendo graves desequilíbrios na balança comercial e o déficit chegou a representar 5% do PIB. No período do “milagre” a indústria de bens de capital não acompanhou o crescimento da indústria de bens de consumo, de maneira que o governo Geisel mudou sua estratégia enfocando o desenvolvimento da indústria de bens de capital iniciando uma nova etapa no processo de substituição de importações. O cenário internacional não era favorável ao crescimento, contudo o crescimento entre 1974-78 ficou em 6,5% em média sendo superior a dos países desenvolvidos. Para resolver os desajustes do balanço de pagamentos o governo promoveu um programa ambicioso de exportação de manufaturados e um controle rigoroso de

importações fazendo com que o déficit na balança comercial em 1978 representasse apenas 0,5% do PIB. A política de endividamento agravou os indicadores de endividamento externo mas o *II PND* atingiu a maior parte de seus objetivos, inclusive houve aumento da renda *per capita* entre 1973-78.

Portanto, o planejamento para o período de 1964-1979 resultou em pontos positivos e negativos, ganhos e perdas para a economia e a sociedade brasileira.

Em um primeiro momento de 1964-67 o planejamento foi positivo para estabilizar a economia, pois o país vinha enfrentando dificuldades na área econômica e política, o *PAEG* priorizou a redução da inflação e obteve sucesso mas fracassou no crescimento econômico, contudo, o saldo deixado pelo planejamento nesse período possibilitou a reviravolta que iria ocorrer em um segundo momento de 1967-69 quando conquistada relativa estabilidade, o *PED* priorizou o crescimento acelerado, de 1968-73 o país passaria a apresentar altas taxas de crescimento com baixa inflação. O “milagre econômico”, que teve sua origem no *PED* e sua continuidade pelo *I PND*, deixa como saldo positivo o Brasil como a 8ª economia do mundo, superávit na balança comercial, uma sólida indústria de bens duráveis e o desenvolvimento de alguns setores de produção de bens de capital, a maior participação do país no comércio internacional, a diversificação dos mercados para a exportação, aumento na exportação total e de produtos manufaturados, o grande investimento estrangeiro no país e uma grande expansão do emprego. Porém, o saldo negativo é o endividamento externo do país e a não solução da concentração de renda existente.

No período final de nossa análise de 1974-79, as graves conseqüências da crise do petróleo, da recessão mundial e do descompasso da indústria de bens de capital com a de bens de consumo durável exigem do planejamento brasileiro soluções. Foram positivos os resultados obtidos pelo *II PND* ao reduzir de 5% para 0,5% do PIB o déficit na balança comercial, ou seja, houve um grande aumento das exportações principalmente de produtos manufaturados, a ampliação da capacidade de produção de bens de capital, taxas de crescimento de 6,5% em média e aumento da renda *per capita*. Porém, novamente o saldo negativo é o alto grau de endividamento externo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAER, Werner. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro, 7ª ed., FGV, 1988.
- DAVIDOFF Cruz, P. **Dívida Externa e Política Econômica**. A experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.
- FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. Rio de Janeiro, 6ª ed., LTC, 1998.
- GOLDENSTEIN, Sérgio. **A dívida externa brasileira 1964-1982: Evolução e Crise**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986.
- IANNI, O. **O Estado e o planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, 5ª ed., Civilização Brasileira, 1991.
- LAFER, Betty Mindlin (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo, 2ª ed., Perspectiva, 1973.
- LAGO, Luiz A. C.; In: Abreu, M de P. (org.). **A Ordem do Progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana 1889 – 1989**. Rio de Janeiro, 4ª ed., Campus, 1990.
- REZENDE, André L.; In: Abreu, M de P. (org.). **A Ordem do Progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana 1889 – 1989**. Rio de Janeiro, 4ª ed., Campus, 1990.
- ROSSETTI, José Paschoal. **Política e programação econômica**. São Paulo, 7ª ed., Atlas, 1987.
- TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, J. Carlos. **O grande salto para o caos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis. **O último trem para Paris, De Getúlio a Sarney: “milagres”, choques e crises do Brasil moderno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.